

## **Cuidar desde o Início: um programa de qualificação para o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância**

Isabel Piscalho

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, CIAC (Centro de Investigação em Artes e Comunicação - Pólo literacia digital e inclusão social)

Helena Luís

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, CIEQV (Life Quality Research Centre)

Sónia Seixas

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, CIAC (Centro de Investigação em Artes e Comunicação - Pólo literacia digital e inclusão social)

Gracinda Hamido

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém

### **Contextualização da temática**

O programa de formação que se apresenta, no âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), instituído através do Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro, visou potenciar os recursos humanos integrados ou a integrar as Equipas Locais de Intervenção (ELI) garantindo uma maior cobertura e melhor qualidade das respostas às necessidades multidimensionais e específicas das crianças elegíveis e das suas famílias, com vista à sua inclusão social.

Sendo a missão do SNIPI garantir a Intervenção Precoce na Infância (IPI), entendendo-se como um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, no âmbito da educação, da saúde e da ação social, propôs-se a construção de um conjunto de ações de formação para técnicos dos sistemas de saúde, social e de educação, que trabalhassem neste Sistema e que tivessem necessidades de formação diferenciadas. Apesar do grande desenvolvimento do referencial teórico que sustenta este Sistema de Intervenção, apenas um número reduzido de profissionais teve acesso a formação específica para desempenhar funções, em particular na área do Alentejo, como explicitamos de seguida.

Dando resposta a uma necessidade de descentralização desta oferta formativa e estando a nossa Instituição de Ensino Superior no centro da Lezíria do Tejo/Alentejo, inicialmente, analisámos de forma mais detalhada as necessidades desta região. Porém,

posteriormente, verificou-se a necessidade de desenvolver este programa formativo a nível nacional no formato b-learning, entre novembro de 2021 e 2 de junho de 2022, e por consequência visou-se além do contributo para a consolidação do próprio Sistema, assegurar a extensão da cobertura já alcançada dos serviços prestados, assim como, naturalmente, a contínua melhoria da sua qualidade.

### **Objetivos**

Este programa de formação procurou contribuir para superar um conjunto de necessidades identificadas:

- na investigação educacional, e mesmo no próprio quadro legal de criação do SNI-PI (Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro), relativamente à identificação da necessidade e dos impactos da intervenção precoce;
- no sistema educativo, face à crescente necessidade de recrutar profissionais com competências de trabalho nesta área, como evidencia, entre outros, a inclusão da Intervenção Precoce entre as áreas e domínios de docência dos grupos de recrutamento para o Sistema Educativo.

Assim, concebeu-se o programa de formação orientado para a corresponsabilização pelas decisões sobre uma abordagem integrada à primeira infância e, consequentemente, para a necessidade de reforço da competência profissional dos educadores/professores e outros profissionais e técnicos que trabalham com essas crianças, equipas e famílias.

Para além destes objetivos globais, considerámos importantes os seguintes objetivos intermédios, que os operacionalizam:

(1) dar resposta às necessidades de formação dos profissionais no campo da Intervenção Precoce;

(2) proporcionar formação e dar apoio ao aprofundamento de competências de conceção e implementação de projetos de Intervenção e Desenvolvimento em Intervenção Precoce;

(3) assegurar a apropriação, pelos formandos, das seguintes competências:

A. Competências de análise crítica:

- fundamentação dos processos de tomada de decisão em procedimentos reflexivos e de investigação;

- posicionar-se analiticamente face a diversos paradigmas e modelos de resposta às necessidades educativas específicas de intervenção precoce junto das crianças e suas famílias;

- desenvolver a sua ação de modo coerente com essa análise, bem como de modo situado, ajustado, face às situações reais.

B. Competências de intervenção no campo de especialização (Intervenção Precoce na Infância):

- identificar necessidades educativas específicas, limitações físicas, desvantagens sociais, situações de risco, no quadro do desenvolvimento global das crianças;

- mobilizar conhecimentos, assim como instrumentos e técnicas de observação, avaliação e intervenção, visando o acompanhamento, a orientação, o apoio e aconselhamento diferenciados dos casos;

- promover e saber gerir dinâmicas de comunicação e interação grupal e um clima de relações interpessoais adequadas;

- organizar programas de envolvimento parental na educação e intervenção precoces;

- apoiar os órgãos das instituições com que trabalha, na conceção de projectos e na sua adequação à realidade local.

C. Competências de avaliação, trabalho em equipa, co-reflexão e consultadoria:

- promover práticas de avaliação reflexiva e de trabalho colaborativo, no âmbito do desenvolvimento das suas funções;

- disponibilizar-se para colaborar na assessoria e apoio à formação contínua e à supervisão de outros profissionais ligados à intervenção precoce;

- assessorar associações de pais e outros agentes da comunidade educativa no âmbito das suas atividades.

### **Procedimentos do projeto**

O processo de recrutamento dos formandos foi conduzido, numa primeira fase, em articulação com os órgãos de coordenação do SNIPI e das Coordenações Regionais (que gerem as diferentes Equipas Locais de Intervenção de cada região); foi indicada uma alo-

cação de cada formando aos níveis de formação (base, complementar e especializada) em função da sua experiência nas ELI e, portanto, das necessidades destas Equipas Locais permitirem o acesso à formação aos seus profissionais. Aproximadamente um terço dos formandos pertenciam à área da Educação, e eram docentes, razão pela qual esta mesma formação foi submetida a um processo de acreditação pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC), o que veio a sofrer despacho favorável.

A seleção destes formandos foi realizada, num primeiro momento, a partir do levantamento das necessidades de formação, nas próprias estruturas do SNIPI que procuraram distribuir as “vagas” de forma equilibrada a nível nacional. A entidade formadora, rececionou uma listagem de potenciais formandos, de todo o País (Norte, Centro, Alentejo e Algarve), para cada um dos níveis de formação, constituiu um júri e assegurou a verificação dos critérios de seleção previstos na candidatura ao Programa. Assim, todos os candidatos eram profissionais que integravam a rede de IPI, exerciam funções nas ELI, experientes ou em início de atividade, provenientes de várias especialidades e com responsabilidades sectoriais no âmbito do processo de IPI, designadamente, médicos, enfermeiros, docentes, psicólogos, terapeutas e assistentes sociais ou profissionais dos Núcleos de Supervisão Técnica (NST).

Deste primeiro levantamento, resultou a perceção mais fidedigna das necessidades de formação e também a compreensão de que deveríamos ajustar a natureza e metodologias da formação, por forma a que pudesse abranger o maior número de formandos possível, e de regiões diversas do País.

Na linha do que atrás se referiu, o programa organizou-se como uma unidade geradora de sentido, sentido esse que foi apropriado e desenvolvido nos conteúdos dos módulos, nas práticas de ensino de cada equipa docente, na forma como se articularam os conteúdos com os momentos de inserção na prática profissional e na colaboração científico-profissional entre formadores e formandos. O trabalho de formação centrou-se em torno da reflexão analítica sobre a própria prática, assumindo-se essa prática profissional como eixo epistémico regulador da produção de conhecimento quando se trata da formação de um profissional (Canário, 2000; Nóvoa, 1999; Schön, 1987; Zeichner, 1993).

Consideramos que a eficácia dos processos de transição/mudança/aprendizagem (que a formação procurou potenciar) foi tanto maior quanto mais consentânea foi a gestão/implementação do próprio programa, com os princípios que nortearam a definição dos objetivos da própria formação.

Por essa razão, preocupou-nos assegurar a melhor sinergia entre formadores (identificados com o paradigma de formação que desejávamos manter), entre os diferentes módulos organizados no tempo por forma a potenciar o carácter verdadeiramente teóri-

co-prático da formação e a eficiência reguladora da avaliação.

Assim, entendemos potenciar a coerência entre objetivos e metodologias ao promovermos, desde o nível básico de formação, o envolvimento de um par de formadores com formações e/ou experiências diversas, com vista à articulação com o contexto profissional e/ou à oportunidade de trabalho dos formandos em pequenas sub-equipas multidisciplinares (reais, no caso de estarem presentes no mesmo grupo de formação, ou pelo menos realistas, no sentido de reproduzirem a realidade das equipas do terreno). Com o mesmo sentido de coerência, sublinhamos a flexibilidade dos instrumentos e objeto da avaliação (documentos reflexivos, estudos de caso, portefólios) e da estratégia de avaliação integrada, que articulou o contributo de vários módulos.

Módulo I - Noções Básicas de IPI no âmbito do SNIPI (5h)

Módulo II - Avaliação em Intervenção Precoce (6h)

Módulo III - Intervenção precoce em contexto domiciliário e trabalho com as famílias (7h)

Módulo IV - Intervenção precoce em contexto socioeducativo (7h)

Módulo V - Trabalho em Equipa: Organização e Gestão da ELI (12,5h)

Módulo VI - Introdução à Intervenção nas Relações com Pais e Crianças (12,5h)

Módulo VII - Diagnóstico, avaliação e construção de material lúdico-didático em IPI para crianças com autismo, multideficiência, surdez e cegueira (25h)

Existiu, ainda, o pressuposto de natureza metodológica, que se prendia com a abordagem integrada dos conteúdos dos módulos:

- integrada porque realizada por uma equipa/par de formadores com características distintas (de áreas de trabalho mais académicas, mais profissionais, da educação de infância, da educação especial e inclusiva, da sociologia e/ou trabalho social, da psicologia, da medicina e/ou saúde...);
- integrada porque se pretende que seja alicerçada no trabalho de análise e conceptualização, a partir de dados/casos/situações reais, a serem mobilizadas pelos próprios formandos, e trabalhados no âmbito do próprio programa.

Esta abordagem comportou, naturalmente, uma importante dimensão avaliativa, reflexiva e autorreguladora que também se pretendeu que viesse a ser apropriada pelos formandos.

A Instituição de Ensino Superior que acolheu este desafio propôs-se, no âmbito do desenvolvimento desta formação, desenvolver diversas modalidades de cooperação com outras Escolas/Institutos, Universidades, Centros de Investigação e Associações

Científicas e Profissionais. Esta Instituição possui uma larga experiência de trabalho formativo de Educadores (sensu latu) e de estabelecimento de laços de parceria, muito especialmente com os profissionais do terreno, o que tem contribuído para a forte implantação regional. No panorama nacional e internacional, tem-se pautado igualmente por participações e coordenação de trabalhos nomeadamente formativos (cursos, estágios, workshops, seminários, encontros científicos) que mobilizam não apenas os seus próprios recursos, mas também os articulam com recursos das várias Instituições com que estabelece parcerias e relações de intercâmbio nacionais e internacionais (Pró-Inclusão, Associação Nacional de Intervenção Precoce, Universidades e entidades Europeias com as quais tem desenvolvido projetos, entre outros). Este conjunto de interações constitui um capital de recursos relevante e adequado para assegurar o cumprimento dos objetivos enunciados.

Com efeito, a adequação dos meios humanos e materiais colocados ao serviço deste programa, parece-nos encontrar justificação, por um lado na experiência acumulada quer da Instituição que acolheu, quer dos formadores na área do desenvolvimento na infância e da educação inclusiva, por outro lado na relevância do capital de parcerias e trabalho conjunto, estabelecidos desde há muito.

Como refere o Presidente da Associação Nacional de Intervenção Precoce (ANIP), no seu prefácio à obra de referência da ANIP, de 2016, "consolidar a comunicação, a colaboração, a partilha de responsabilidades, e construir parcerias eficazes a nível interinstitucional, inter e intrassectorial, entre áreas disciplinares, equipas profissionais entre si, e entre profissionais e famílias, é talvez uma das questões mais cruciais para sustentar e melhorar a qualidade e os resultados da IPI".

O que gera as adequações às realidades em presença, efetivamente, é sobretudo essa capacidade de construir respostas mobilizando, em cada momento, os recursos, de construir sinergias pela manutenção da comunicação aberta e colaboração franca.

Nesse sentido, em cada ação houve uma parceria de formadores da academia e profissionais, com experiência no sistema SNIPI, com formação e experiência especializados nas áreas em causa, por forma a potenciar não apenas a comunicação no seio das parcerias para formação, como também a comunicabilidade entre os aspetos mais teóricos da formação e as práticas que esse conhecimento deverá acima de tudo servir. Do mesmo modo, procurámos que os formadores internos assegurassem a coerência entre os vários módulos.

### **Principais reflexões**

Analisando os questionários de avaliação da ação de formação bem como os registos

decorrentes das reuniões de avaliação com os/as formandos/as, foi possível verificar que este programa de formação, que formou um total de 253 profissionais da rede IPI, contribuiu para a melhoria da qualidade dos serviços junto das famílias e de crianças, entre os 0 e os 6 anos de idade, que apresentem, ou estejam em risco grave de apresentar, alterações que limitem o seu normal desenvolvimento e a sua participação, alterações que possam advir ou ser potenciadas por condições biológicas, psicoafectivas ou ambientais.

A expectável diversidade de formação de base dos formandos trouxe, por um lado, a vantagem de permitir estabelecer/clarificar visões complementares sobre o mesmo objeto de estudo, apresentando, por outro lado, o desafio de gerir níveis de conhecimento porventura menos aprofundados em algumas áreas. Estas circunstâncias também justificaram que a metodologia de formação e a estratégia de regulação da mesma responderam de forma adequada a essa diversidade, tirando o máximo partido dela; referimo-nos à aproximação do trabalho formativo às realidades que os formandos encontram na sua prática, aproximação traduzida quer na abordagem dos conteúdos teóricos de modo articulado, reflexivo e clarificador das práticas, quer ainda na abordagem à avaliação que permitiu e mesmo estimulou essa articulação e reflexividade, por exemplo, sob a forma de estudos de caso, desenvolvimento de pequenos projetos de trabalho, articulados em equipas realísticas ou mesmo reais que frequentaram a formação, realizando avaliações por portefólio ou sustentadas em documentos reflexivos.

O acompanhamento do programa assumiu um caráter de regulação continuada, traduzida em análises sistemáticas da evolução dos documentos reflexivos e de avaliação, assim como das respostas de formandos e formadores a inquéritos por questionário, organizados semestralmente.

Um modo de follow-up dos participantes no programa está previsto.

**Palavras-chave:** intervenção precoce; formação; sistema nacional de intervenção precoce; multidisciplinaridade; inclusão

#### **Referências Bibliográficas**

Carvalho, L. et al. (2016). Práticas Recomendadas em Intervenção Precoce na Infância: Um Guia para profissionais. Associação Nacional de Intervenção Precoce. ISBN 978-989-20-6312-6

Canário, R. (2000). Educação de Adultos – um campo e uma problemática. Lisboa: Educa.

Decreto-Lei n.º 281/2009, Diário da República, 1.ª série — N.º 193 — 6 de Outubro de 2009

- Nóvoa, A (1999). O Passado e o presente dos professores. In A Nóvoa (Ed. 1999). *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora, 2ª ed., 13-34.
- Roldão, M. C. (2001). "A Formação como Projecto – do Plano-Mosaico ao Currículo como Projecto de Formação". In B. P. Campos (Org.). *Formação Profissional de Professores no Ensino Superior*. Porto: Porto Editora, 6-20.
- Schön, D. (1987). *Educating the reflective practitioner*. New York: Jossey-Bass.
- Zeichner, K. M. (1993). *A Formação Reflexiva de Professores – ideias e práticas*. Lisboa, Portugal: Educa.